

Candidaturas presidenciais

NÃO BASTA QUE OS CANDIDATOS SEJAM HONESTOS. É PRECISO QUE SEJAM RENOVADORES, PARA UM PAÍS QUE REQUER DESENVOLVIMENTO. A COMPENSAÇÃO PARA O POVO É O EXERCÍCIO LIVRE DO VOTO

Parece irreprimível a discussão em torno das candidaturas presidenciais. A movimentação de partidos e pleiteantes assim revela. Postulantes já se inscreveram para prévias no PMDB. O candidato do PT viajou à Europa para mostrar a nova face da agremiação e a sua própria. Mesmo na área do governo, onde se pretendia adiar a definição de nomes até o princípio do próximo ano, o debate está instalado, apesar de algumas reservas. A reunião, no Maranhão, de líderes dos três partidos que formam a base oficial forçou a tomada de posição de outros elementos.

Complica-se o quadro pelas contradições em curso. O PMDB ainda participa do governo, porém dois candidatos se inscreveram para as prévias e um governador da legenda participa de conversas no sentido de buscar solução unitária para as agremiações que circulam derredor do Palácio do Planalto, ou da Alvorada. No círculo do PSDB, enquanto parte da imprensa anuncia que o ministro da Saúde tem a simpatia da montanha, o governador do Ceará, também da grei, vai a São Paulo para ser homenageado pela família do ministro da Educação, este também com o olho na cadeira cobiçada.



POR
JOSAPHAT
MARINHO

A primeira observação a fazer é sobre a fragilidade dos partidos. Sem que as prévias se tenham realizado, um pretendente ao trono excursiona por outro continente e fala por sua legenda, ignorando os demais igualmente candidatos. No PMDB, articula-se, ao mesmo tempo, candidatura em favor do governo e contra este. No PSDB, os contrastes afloram, até desconhecendo a direção partidária. Enquanto isso, o ensaio do governador do Ceará perturba os cálculos do candidato do PPS. É uma dança de quadrilha desarticulada, em que os pares poderão não encontrar-se no passo imediato e os partidos perderem a sua e a identidade de seus militantes. Não são as direções partidárias que negociam, mas interessados ou líderes, sem delegação nem licença. E situação assemelhada se descortina em muitos estados, em que pessoas substituem as instituições.

Além de tudo isso, silencia-se sobre idéias e programas, ou teses são amortecidas pelo interesse da conjuntura. A reforma tributária, a reforma do Poder Judiciário e a reforma política não foram feitas, nem há pensamento ní-

tido sobre elas. Pouco importa que os estados e os municípios permaneçam em crise financeira. É irrelevante que aumentem as dificuldades e os embaraços da Justiça, muitos por falta de organização conveniente. Afigura-se, mesmo, que há interessados na manutenção desse quadro de inferioridade, para que a magistratura local não tenha independência e possa ser mais facilmente manipulada. É indiferente, também, que os partidos deteriore, desde que mandem as lideranças pessoais. Não convém que as agremiações se fortaleçam, as decisões sejam coletivas, porque essa mudança elimina o poder pessoal e transforma os partidos em órgãos da grande opinião. Reformas essenciais, portanto, são esquecidas, porque geradoras de transformações que libertam e renovam processos de vida.

Como não se operam reformas necessárias, o quadro social e econômico igualmente continua o mesmo, de desigualdade e injustiça, de salários contidos e de sobrevivência suada. A discriminação de toda ordem é criticada, mas os que podem reduzi-la ou eliminá-la não adotam as providências adequadas. Os hospitais continuam sem instalações apropriadas e sem recursos suficientes para o atendimento da pobreza. Ou têm preços que assustam a classe média, crescentemente debilitada. O desamparo da vida rural permite que ainda haja trabalhadores em regime de quase escravidão, até acorrentados ao "tronco" ou instrumento equivalente, para liquidação de dívida, como a televisão exibiu há poucos dias.

Enfim, as candidaturas presidenciais se vão definindo e as necessidades sociais não são definidas, nem planejadas as soluções devidas. Não basta que os candidatos sejam honestos. É preciso que sejam renovadores, para um país que requer desenvolvimento. A compensação para o povo é o exercício livre do voto. Se há muitos males do regime, a liberdade de sufrágio é garantia de todos. É certo que há os excluídos, sem condição material até para votar. Mas a maioria, mesmo sofrendo, pode escolher livremente. E no exercício desse direito não há outro poder, senão o da consciência.

JOSAPHAT MARINHO, EX-SENADOR, É PROFESSOR EMÉRITO DA UNB E DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA E DIRETOR DA FACULDADE DE DIREITO DA UPIS

